

Presenças

Sobre a interpretação econômica da história em Gilberto Freyre (1933-1956)

MILENA FERNANDES DE OLIVEIRA ¹

Haverá, afinal, de modo absoluto, tempo morto? Ou o homem é que morre, como indivíduo e ao seu próprio tempo, num transtempo, este como que imortal? Imortal como superação do tempo apenas histórico.

(Gilberto Freyre, *Tempo morto e outros tempos*)

GILBERTO FREYRE nasceu em 1900 no seio da açucarocracia nordestina decadente. Filho do juiz Alfredo Freyre e de Francisca de Mello e Freyre, o nosso autor teve uma das trajetórias mais instigantes do pensamento social brasileiro. Teve experiências fora do país, em Columbia e em Portugal, que o empurraram para pensar o próprio país, produzindo obras como *Vida social no Brasil no século XIX* e *Casa-grande & Senzala*. Foi um sujeito polêmico, engrossando, nos anos 70, a defesa do regime salazarista português, a partir da criação da corrente luso-tropicalista. Quando tinha 74 anos, escreveu uma espécie de diário, *Tempo morto e outros tempos*, livro no qual narrava suas peripécias de juventude, entre os anos de 1915 e 1930 (Freyre, 2006). Esse livro, assim como o *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*, escrito em 1934, constituíram espécies de ensaios-memórias nos quais o autor contou especialmente as suas experiências pessoais, embora, muitas vezes, o leitor se questionasse se eram memória ou ficção. Essa “projeção [...] não de todo passiva” foi chamada pelo autor de proustiana (Freyre, 2012; 1997). Era uma concepção de tempo puramente afetiva; desordenada quanto à narrativa linear de acontecimentos; desobediente no que dizia respeito às fronteiras do tempo cronológico.

Essa forma de conceber o tempo e a temporalidade não se contava pelas unidades temporais convencionais ou modernas, mas pelas sensações que remetiam o narrador da experiência a um outro lugar (Freyre, 2006, p.137). Para Mariza Veloso, se a vivência do tempo, em Proust, somente podia ser feita “através da memória – de um mergulho profundo no passado”, em Gilberto Freyre, “a memória é feita de um tempo dinâmico, de um tempo vivido que se faz presente - ultrapassando esse próprio presente e criando futuros possíveis” (Veloso, 2000, p.367). Em seu livro *Além do apenas moderno*, Gilberto Freyre (1973) fez uma reflexão sobre o tempo, em particular o tempo que era internalizado a partir dos processos de socialização, a que chamava de tempo morto

(Freyre, 2012, p.9-10; Pallares-Burke, 2012, p.7). Dentro dessa noção temporal, o indivíduo era capaz de viver passado, presente e futuro a um só tempo, “tempos que se cruzam e se confundem, quer na vivência, quer na memória de cada um de nós” (Freyre, 1973, p.110), contrariando a linearidade da História de cunho iluminista.

Na mesma obra, o autor discutiu a noção de tempo trípico, tempo mais biológico que sociológico, que ligava, de diferentes maneiras, o passado, o presente e o futuro. Segundo o Mestre de Apipucos, “o presente [...] é um presente sempre em expansão, para trás e para adiante”, e, na realidade imediata, objeto de estudo do sociólogo, “se cruzam sobrevivências e antecipações” (Freyre, 1973, p.111). O homem nunca poderia ser encarado dentro de um tempo exclusivamente: estar somente no presente o tornaria imediatista; se ficasse no passado, viraria arcaico; no futuro, utópico. Dessa maneira, a única solução para a análise do homem com o tempo “parece estar no reconhecimento do tempo como uma realidade trípica; e como o homem vive ele mesmo imerso no tempo, ele próprio é um ser [...] trípico” (Freyre, 2001, p.171). O tempo trípico seria, para o autor, o resultado do ciclo biológico e não da mensuração, sendo esta mesma um produto da sociedade. (Dantas, 1976/77, p.34-9). Manifestava-se nas lembranças das experiências passadas no seio da intimidade, nos gostos e nos cheiros que povoavam as páginas de *Casa-Grande & Senzala* e de *Sobrados e Mucambos*. Seu livro *Açúcar: uma sociologia do doce*, publicado em 1939, reunia um conjunto de receitas tradicionais das famílias de engenho do nordeste brasileiro e, por trás dos ingredientes, escondia os costumes que giravam em torno do preparo de alimentos, bem como as formas de sociabilidade que se construía sobre a transmissão das receitas e dentro da cozinha das casas-grandes. Interessante notar que, a cada edição, emergiu uma abordagem diferente de conceber o tema, sem, no entanto, deixar de enfatizar o caráter memorialístico do tempo revivido a cada vez que eram lembradas as receitas da infância.

Segundo Veloso (2000), a ideia de tempo morto, ou sua formulação posterior como tempo trípico, seria derivada das reflexões de Gilberto Freyre sobre o modernismo paulista da Semana de 1922, ao qual dirigiu uma resposta, o *Manifesto Regionalista* de 1926. A Semana de 1922, objeto de várias críticas revisionistas na atualidade, prezava pelas novas formas artísticas, pela nova linguagem e pela elaboração de um ideal nacional assentado em uma herança comum, “um movimento de unificação cultural, projetando na escala da Nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões” (Candido, 2000, p.181-2). Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda (2011, p.197), o modernismo, embora fosse um fenômeno inicialmente pertencente a Rio de Janeiro e São Paulo, somente se completou com a manifestação de outras regiões (Capelato, 2005).

Contraopondo-se à ideia de que o novo era sempre melhor, em 1926, mesmo ano da fundação do Partido Democrático, realizou-se o Congresso Regionalista. Encabeçado por Gilberto Freyre e José Lins do Rego (1901-1957),

assinou-se ali o *Manifesto Regionalista*, no qual se defendia “uma nova organização de Brasil” que se refizesse a partir do Nordeste, riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter (Freyre, 1996a, p.3).

Segundo Stella Bresciani (2010, p.193), os projetos de Brasil pensados pelos intelectuais dos anos 1920 e 1930 eram muito distintos, mas todos partiam do pressuposto do descompasso entre o progresso, às vezes corporificado nas instituições de cunho liberal, e a tradição. As diferentes posições e os diagnósticos sobre o processo de modernização, entendido aqui como possíveis combinações entre o arcaico e o moderno, eram muitos e muito complexos. No caso dos organizadores do *Manifesto*, o projeto de um Brasil regional começava pelo reconhecimento das múltiplas identidades e diversidades entre regiões; das linguagens e expressões locais, que deveriam ser exaltadas diante da língua portuguesa oficial, assim como das formas literárias não usuais, como a literatura de cordel. A noção de tempo industrial e linear deveria ceder espaço, preferencialmente, ao tempo da memória, uma concepção afetiva de tempo. Os regionalistas, como José Lins do Rego e Gilberto Freyre, revelavam ojeriza ao progresso e ao tempo do relógio, preferindo, em seu lugar, o tempo da natureza e o tempo do ócio (Chaguri, 2007; Albuquerque Junior, 2009, p.47-8). Viam a desagregação pela qual passava o regime agrário no país nos anos 1930 com muita reserva, porque, com ele se iam formas de sociabilidades muito caras ao povo brasileiro. O combate à modernização foi expresso em uma série de artigos escritos por Gilberto Freyre para o *Diário de Pernambuco* entre 1924 e 1925 e organizados no *Livro do Nordeste*, publicado em 1925 (Oliveira, 2011, p.121; Dimas, 2003 p.7). Em *Nordeste*, livro que data de 1937, Gilberto Freyre chegou a falar que o acinzentado da usina predominava sobre o colorido do engenho, o que era de veras desolador para um ex-menino crescido naquelas paragens (Freyre, 2013a; Albuquerque Jr., 2009, p.67).

Encontrando ecos em Manuel Bandeira (1886-1968), tal concepção de tempo aproximava memória, tradição e história, conferindo significado à experiência histórica através dos sentidos que, dessa maneira, imprimiam um ritmo mais lento ao processo histórico (Veloso, 2000, p.367). O *Guia histórico e sentimental da cidade do Recife* foi um exemplo perfeito dessa concepção de tempo histórico. A percepção de um tempo da memória que ultrapassasse as barreiras erigidas entre passado, presente e futuro, era eminentemente contrária à concepção linear característica da História Moderna. Nesse sentido, Gilberto Freyre chamava a atenção para a importância em ir “além do apenas moderno”, além da cronologia presente na historiografia tradicional. Ademais, a compreensão da História consagrada com o Império e com a Primeira República e veiculada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, fundado em 1838, era profundamente criticada pelo autor. Gilberto Freyre levantava sua voz contra essas que eram, para ele, elaborações que exaltavam somente as contribuições do português branco, em detrimento das demais raças igualmente importantes na formação

da nação brasileira: o africano e o indígena. Tais interpretações carregavam um sentido evolutivo da História que, do ponto de vista da política pública, aparecia na forma de um projeto de embranquecimento populacional, vigente até, pelo menos, 1945.

Apesar da crítica à concepção moderna de tempo que, para Gilberto Freyre, destruiu qualquer forma de criatividade social, Gilberto Freyre também adotou uma interpretação linear de tempo, utilizando, como critério de periodização, a categoria patriarcado. Se, por um lado, o tempo da memória constituía uma forma de narrativa fundamental para o autor, junto a esta também havia uma forma racional de pensar o tempo, que conectava a formação social brasileira aos problemas contemporâneos a Freyre. Critério de periodização freyriano por excelência, o patriarcado permitiu-lhe traçar uma linha capaz de explicar a sucessão entre diversas formas assumidas pela instituição da família patriarcal, desde a Roma Antiga, passando pelo período colonial, até sua decadência, quando da chegada da família Real ao Rio de Janeiro. As influências recebidas em Columbia, onde se encontrava o núcleo do movimento da *New History* – Charles Beard, Carlton Joseph Huntley Hayes, Harry Elmer Barnes, Edwin Seligman, além das de seu próprio orientador, o antropólogo Franz Boas, foram cruciais para que Gilberto Freyre criasse sua própria interpretação econômica da História. Nessa interpretação, o patriarcado, entendido como um complexo, tornou-se a categoria-síntese entre natureza, economia, sociedade e cultura.

A interpretação econômica da História de Seligman e o patriarcado como critério de periodização

A forma de vislumbrar a história na obra de Gilberto Freyre recebeu notáveis influências de Carlton Joseph Huntley Hayes (1882-1964), Harry Elmer Barnes (1889-1968) e Edwin R. A. Seligman (1861-1939), sendo os dois últimos, respectivamente, professores de História Social e Economia Política de Gilberto Freyre durante o período em que este esteve em Columbia. Matriculado em Ciências Políticas, Freyre teve aula também com Franklin Henry Giddings (1855-1931), Franz Boas (1858-1942), Carl van Doren (1885-1950) e John Basset Moore (1860-1947).

Nos anos 1920, a Universidade de Columbia e a *New School for Social Science Research* consolidaram um grupo de intelectuais dispostos a refletir sobre as sociedades, inclusive sua história, a partir do critério cultural – o *cultural approach*. Do ponto de vista da disciplina histórica, duas tendências deveriam ser criticadas: a tendência de encarar a História de um ponto de vista etnocêntrico e a tendência de estudos direcionados predominantemente à história política, cronológica e assentada nos feitos de grandes personagens. A *New History*, como ficou conhecido o movimento iniciado por Charles A. Beard, defendia “ultrapassar as pistas fornecidas por uma história política”, utilizando novas fontes históricas e o diálogo entre as diversas Ciências Sociais. Os intelectuais proponentes do movimento participaram de duas coletâneas fundamentais para

consolidar suas ideias: a obra de E. C. Hayes, *Recent Developments in Social Sciences*, publicada em 1927, apresentava um balanço das Ciências Sociais nos anos 1920: Sociologia, capítulo escrito por Charles A. Ellwood, da Universidade do Missouri; Antropologia, cujo balanço foi realizado por Clark Wissler, do Museu Americano de História Natural; Psicologia, escrito por Robert H. Gault, da Northwestern University; Geografia Cultural, sob incumbência do professor Carl O. Sauer, da Universidade da Califórnia; Economia, verbete realizado por J. M. Clark também da Universidade de Columbia; Ciência Política, escrito por Charles E. Merriam, da Universidade de Chicago. O capítulo sobre o estágio do estudos históricos foi escrito por Harry Elmer Barnes.

O segundo marco da afirmação da *New History* como uma escola foi a publicação de *The new history and the social studies*, livro organizado por Barnes em 1925 e que reunia os principais expoentes da New History: James Thomson Shotwell (1874-1975), Frederick Jackson Turner (1861-1932), Granville Stanley Hall (1846-1924), Franklin Giddings (1855-1932), Gustav Schmoller (1838-1917), Charles Beard (1874-1948) e James Harvey Robinson (1863-1933). Na abertura à coletânea, Barnes (1925, p.15) explicitava o propósito da obra: “*These new sciences are the science of life, or biology, the science of man, or anthropology, the science of mind, or psychology, the science of industrial relations or economics, the science of relation of man to his environment or anthropogeography, the science of group control or political science*”. Figura controversa, Barnes ficaria conhecido, nos anos 1960, por suas posições revisionistas em relação ao nazismo.

Tornado professor adjunto na Universidade de Columbia em 1888, Edwin Seligman dedicou-se predominantemente aos estudos sobre taxaço e finanças públicas, sendo defensor do imposto de renda progressivo. Em 1902, publicou *The Economic Interpretation of History*, no qual propunha uma nova forma de entender o progresso em História, que não fosse nem materialista, nem idealista. Seu ponto de partida era a filosofia alemã, desde Hegel, passando por Feuerbach, cujo materialismo dizia ser “mecânico e a-histórico” (Seligman, 1924, p.23). Afirmava que mesmo uma visão biológica da História poderia, em certo sentido, também ser materialista (Seligman, 1924, p.3-4). Reconhecia a “preponderância” da vida econômica para a história humana como um todo, embora não a achasse a dimensão determinante da sociedade. Por isso, à expressão “interpretação materialista” preferia “interpretação econômica da História” (ibidem, p.67).

O objetivo de Seligman com a obra era o de propor uma interpretação da História que permitisse a “conexão entre as causas econômicas e as condições legais, políticas e sociais” presentes no processo histórico. Destarte, a visão de modo de produção para a qual chamava a atenção era uma visão sobre “as condições da produção em geral”, que permitissem considerar a técnica uma manifestação da sociedade como um todo, mas, particularmente, da cultura. Ao

longo da história, grandes mudanças nas relações de produção em geral ocorreram, e, muitas vezes, como foi o caso da civilização humana em seus primórdios, as mudanças tinham pouco a ver com o progresso das forças produtivas, que era a maneira pela qual os materialistas históricos concebiam a técnica (Seligman, 1924, p.57-8). Para Seligman, o termo “técnica” deveria ser ampliado de maneira a incluir toda a série de relações possíveis entre produção e consumo. Por esse motivo, também descartava a ideia de uma “interpretação técnica da História” (ibidem, p.146-7).

A elaboração de Seligman, que traduzia a *New History* para a História Econômica, foi especialmente valiosa para Gilberto Freyre. O método do seu professor de Columbia reconhecia “a importância da contribuição de Marx para as ciências sociais sem se tornar passivamente apologético” (Freyre, 2006, p.44). Em *Casa-grande & Senzala*, Gilberto Freyre (1997, p.XLVIII) apontava para a importância “da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades”.

Em *Sobrados e Mucambos*, ao discutir a relação entre escravo, animal e máquina, Gilberto Freyre (1996b, p.44) fez extensas críticas ao materialismo histórico marxista, apontando para a necessidade da análise interdisciplinar dos processos sociais. Para o autor, nem o progresso material, nem o progresso técnico, ao contrário do que preconizava o pensamento filosófico iluminista, seriam capazes de livrar a civilização da escravidão, enquanto houvesse interesses econômicos atrelados à manutenção desta. Utilizando o “ensaio memorável” do comandante Lefebvre des Noëttes, Freyre destacou que foi “vão ou inútil todo esforço simplesmente moral” para acabar com a escravidão. Ainda que a utilização do cavalo e do boi tivesse atenuado o uso do trabalho escravo nas civilizações antigas, o que se observou nas civilizações modernas foi, ao contrário, a manutenção do trabalho escravo, a despeito do famigerado progresso material e moral. Isso teve duas expressões. Nos Estados Unidos, “a escravidão sobreviveu aos aperfeiçoamentos da técnica de tração, contra o aspecto ‘determinista’ ou, aparentemente, materialista-histórico”. No Brasil, a chegada do carro inglês ou francês, puxado a cavalo ou mula, não anulou “o palanquim asiático carregado por mãos de escravos africanos, ou descendentes de africanos” (Freyre, 1997, p.244).

Outras das influências recebidas por Gilberto Freyre na formulação de sua interpretação econômica da História seriam as dos alemães Oswald Spengler (1880-1936) e Gustav Schmoller (Pallares-Burke, 2005, p.410). Ao escrever *A decadência do Ocidente*, entre 1918-1922, “Oswald Spengler demonstrou que a casa é uma força cósmica e misteriosa que atua na coesão dos que convivem estritamente juntos” (Freyre, 1968, p.183). De Gustav Schmoller, Gilberto Freyre retiraria a compreensão do *oikos* como unidade em que coincidem consumo e produção: “o estudo sociológico da casa que corresponde ao tipo dominante de família, inseparável por sua vez das condições físicas e sociais de ocupação ou dominação do espaço por grupo humano: ecologia. E não apenas

das técnicas de produção: economia. Sempre eco, isto é, casa” (Freyre, 1996b p.LXVI; Freyre, 1996b p.15).

A noção de *oikos* foi de especial importância para que Gilberto Freyre delineasse a sua unidade de observação da sociedade e da história: o patriarcado era, antes de tudo, um sistema econômico. O estudo da ascensão e crise do patriarcado rural no Brasil, tema do próximo tópico, consistiu na essência da interpretação econômica freyriana da História.

Originariamente proposta por Weber (1999, p.234) em *Economia e Sociedade* como um tipo de dominação, cujo “germe encontra-se na autoridade do chefe da comunidade doméstica”, a categoria patriarcado assumiu um lugar cativo dentro do pensamento social brasileiro. De um lado, seus expoentes clássicos, como Oliveira Vianna, Paulo Prado e Gilberto Freyre, apresentaram a categoria como um elemento fundamental da organização social brasileira, desde seu período colonial até o da formação nacional. Em sua aula de concurso de livre docência, Florestan Fernandes se dispôs a discutir a família patriarcal e suas funções econômicas, reconhecendo justamente o peso que essa formulação tinha sobre a Ciência Social Brasileira, em autores como como Oliveira Vianna (1883-1951), Gilberto Freyre, Emilio Willems (1905-1997), Antonio Candido (1918-2017), Caio Prado Júnior (1907-1990) e Fernando de Azevedo (1894-1974) (Fernandes, 1996, p.79).

Para além da sua função de organização social, a família patriarcal também se apresentou, ao longo da História, na forma de complexos econômicos ou exercendo atividades produtivas importantes para o funcionamento da economia em uma sociedade (Fernandes, 1996, p.76). Por exemplo, Thurnwald aplicou o conceito aos estudos sobre os povos primitivos; Granet ao estudo do sistema feudal na China antiga; Pirenne e Brantano mobilizaram a família patriarcal nos estudos do sistema feudal na sociedade ocidental e outros, como Gilberto Freyre, a transposição entre a família patriarcal, em seus moldes romanos preservados na península ibérica, para a colonização europeia do continente americano. Considerando toda essa gama de autores, Florestan Fernandes considerou como traços centrais da família patriarcal: a crença na existência de laços consanguíneos, definidos através de um antepassado comum, mítico ou real; a vigência de critérios de transmissão hereditária da posição de “chefe” ou de “senhor” em linha masculina; ao exercício do poder senhorial através de normas estabelecidas pela tradição; o princípio de unidade econômica e política dos componentes da unidade familiar, sob a liderança do “senhor”; a comunhão religiosa; e o princípio de solidariedade no grupo de parentes. (Fernandes, 1996, p.76). A família patriarcal tinha, necessariamente, “funções econômicas”, que “contribuísem para manter direta ou indiretamente a constituição e o funcionamento do sistema correspondente de vida econômica” (ibidem). Esse também foi o cerne do entendimento de Gilberto Freyre sobre o patriarcado como um complexo econômico.

O patriarcado apareceu em autores que escreveram anteriormente a Gilberto Freyre e sobre ele imprimiram sua influência. Segundo Neuma Aguiar (2000), Sílvio Romero foi o primeiro autor do pensamento social brasileiro a tratar do patriarcado. Seguindo o método da Escola de Le Play, Sílvio Romero propunha, em seu *Brasil Social e outros estudos sociológicos*, de 1878, uma mudança radical “nos modos de conduzir a sociedade de formação comunitária, clânica, patriarcal do velho tronco latino para uma sociedade aberta, livre, autônoma onde os integrantes realizassem projetos de vida de acordo apenas com sua livre iniciativa” (Sousa, 2001, p.22). Para ele, a compreensão da família patriarcal e de suas funções econômicas era fundamental ao entendimento da sociedade brasileira: “uma sociedade vale pelo que vale nela a família” (Romero, 2001, p.37).

Observa-se, pelo excerto, que a família patriarcal, definida como aquela em que os pais não pensavam em preparar seus filhos para que fossem livres, dependia dos limites impostos pelos recursos naturais e tendia a se diluir na medida em que ocorresse o aumento da produtividade. Então, a organização social patriarcal passaria à organização social semipatriarcal. Pensamento similar ocorreu ao autor estudado nesse artigo: a formação patriarcal de família, presente durante o período colonial, passaria ao semi patriarcado urbano, em que as suas funções econômicas fossem diluídas pelo avanço de atividades capitalistas e urbanas. Essas acabaram por minar não somente a autoridade do patriarca, mas também as funções econômicas anteriormente exercidas pela família patriarcal e sem as quais não era absolutamente possível manter o patriarcado como instituição.

Segundo Antonio Paim, Oliveira Vianna, outra grande influência sobre Gilberto Freyre, tendeu a seguir as propostas de Sílvio Romero, que apresentou quatro modalidades típicas de família: a patriarcal, quase-patriarcal, tronco e instável, que, por sua vez, davam lugar a sociedades de formação comunitária ou de formação particularista. Assim como em Sílvio Romero, existia, em Oliveira Vianna, uma relação estreita entre o clã patriarcal e a economia, sendo esta definida pelas condições do território em que o grupo de situava (Vianna, 1999, p.224-5).

Para Oliveira Vianna, a organicidade entre o território do *pater familias* e o patriarcado foi um aspecto *sui generis* da formação social brasileira, que se caracterizou pela constituição de autarquias agrárias, funcionando os engenhos da faixa costeira em “economia de oikos”: “toda a família tem assim, na indivisibilidade tradicional dos domínios, a impressão material de sua própria unidade” (Vianna, 1999, p.224-5). Essas autarquias plantavam não somente a cana, destinada à produção de açúcar para a exportação, mas também toda a sorte de gêneros alimentícios necessários à sua subsistência, o que reproduziu, segundo Oliveira Vianna, o “feitio individualista e centrífugo” da política colonial metropolitana: “nenhuma necessidade decorrente da lei ou da política impelia estes ‘engenhos reais’, o as organizações menores, à aglomeração, à associação,

à convergência de esforços para fins comuns” (ibidem, p.133). A autossuficiência econômica resultava em que cada família se comportava como se fosse uma república, fato esse com profundas implicações para a vida política nacional, totalmente desagregada.

Tanto Sílvio Romero, em seu modelo de família patriarcal, quanto Oliveira Vianna, em seu modelo de clãs patriarcais, parentais e eleitorais, apontaram para uma possível relação entre o patriarcado, a economia e a formação social brasileira. Em ambos os autores, os limites impostos pelos recursos naturais e o sistema de distribuição feudal da terra (Vianna, 1999) impuseram uma forma de organização social, a família patriarcal, que era também a forma mais eficaz de exploração do território. Por outro lado, a família era também uma maneira de estruturação do poder e de hierarquização social que, tanto para Romero, quanto para Vianna, impediam o surgimento de instituições modernas, seja na forma da livre iniciativa, no caso do primeiro, seja na forma do Estado moderno, para o segundo. Atentemos para o fato de que Oliveira Vianna escreveu seu *Instituições Políticas Brasileiras* em 1942, quase dez anos depois da primeira edição de *Casa-grande & Senzala* em 1933. Não pretendemos aqui esboçar quem primeiramente aplicou o conceito de patriarcado na interpretação da formação social brasileira, o que seria uma tarefa deveras árdua. Pretendemos somente deixar claro que a categoria era amplamente usada por muitos dos primeiros intérpretes do Brasil e que havia um relativo consenso entre eles a respeito do caráter autárquico da família patriarcal brasileira, que aglutinava funções econômicas, sociais e políticas, apossadas da esfera pública.

Também em Gilberto Freyre, a família patriarcal reuniu papéis econômicos e papéis sociais. Do ponto de vista econômico, a família patriarcal foi a maneira possível pela qual se organizaram os recursos econômicos, terra abundante e gente escassa, na forma do latifúndio, monocultor e escravista. Sob a família patriarcal se arranjava uma série de incumbências: banco, engenho, roças, escola, Igreja, câmara municipal (Freyre, 1997, p.LIII).

Logo, no que concerne à interpretação econômica da História em Gilberto Freyre, agruparam-se tanto as influências recebidas em Columbia, particularmente de Edwin Seligman, com quem teve aulas de Economia Política, quanto as interpretações a respeito da formação social brasileira que consideravam o familismo patriarcal, em especial, a de seu antecessor, Sílvio Romero. Da fusão dessas duas importantes inspirações, Gilberto Freyre compôs uma síntese da formação do Brasil em termos da organização patriarcal de sociedade que, no entanto, não deixa de ser também uma interpretação econômica da História do Brasil que o acompanha desde a colônia até a formação nacional.

A interpretação econômica da História em Gilberto Freyre

A interpretação econômica da História de Gilberto Freyre se fez, dessa maneira, a partir do estudo das manifestações materiais que a família patriarcal, como unidade econômica social, assumiu durante o processo de colonização.

A casa-grande, completada pela senzala, o sobrado pelo mucambo, a lavoura canavieira, o engenho e a técnica, a alimentação, os objetos, os móveis da casa-grande, os trajes de homem e de mulher, em todos os recônditos da vida social, existia uma manifestação concreta da família patriarcal. A materialidade externa o poderio patriarcal: “Suas casas representam esse imenso poderio feudal. “Feias e fortes”. “Paredes grossas. Alicerces profundos” (Freyre, 1997, p.LVII).

Servindo não somente de unidade de compreensão sociológica, mas também de unidade de periodização, o patriarcado rural, analisado no tópico anterior a este, passou por, pelo menos, três momentos. Um primeiro, gestado na península ibérica, reunia as heranças da civilização romana. Em um segundo momento, ao ser transplantada para a América, a instituição sofreu algumas modificações, estando atrelada, do ponto de vista econômico, à grande lavoura açucareira e ao engenho de açúcar. De acordo com Gilberto Freyre foi, aliás, pela família patriarcal que o conquistador português conseguiu vencer nos trópicos, produzindo em grande escala gêneros altamente lucrativos. Foi a partir dela também que se deram os intercâmbios culturais entre portugueses, africanos e indígenas, permitindo que outras técnicas de cultivo e formas de alimentação proovessem o português de todo o necessário para sua sobrevivência nos trópicos. Amplamente citado em *Casa-grande & Senzala*, o exemplo mais consagrado “foi completa a vitória do complexo indígena da mandioca sobre o trigo”, tornando-se “a base do regime alimentar do colonizador” (Freyre, 1997, p.48) O terceiro momento correspondeu à derrocada do patriarcado rural, analisada em *Sobrados e Mucambos*. É aos dois momentos últimos que dedicamos a nossa análise, construindo, a partir deles, a interpretação econômica da História de Gilberto Freyre.

Para Peter Burke (1997, p.6), “o livro de Freyre é braudeliano antes de Braudel”. Ao manifestar interesse pela cultura material (alimentação, vestimenta, habitação, técnica), Gilberto Freyre não estaria, contudo, seguindo Braudel e Febvre, a quem conheceu somente nos anos 1940, mas aplicando os conhecimentos multidisciplinares que marcaram sua formação em Columbia e que constituíam sua própria interpretação econômica da História. Sob inspiração da *New History* de Barnes, Carlton Hayes e Beard e da interpretação econômica da História de Seligman, Freyre também empreendeu esforços na realização de uma nova História, no mesmo sentido da que Marc Bloch e Lucien Febvre estavam realizando na França (Burke, 1997, p.1). Por outro lado, os “fundadores” da Escola dos Annales também se interessaram pelo nosso autor. Braudel publicou uma avaliação de *Casa-grande & Senzala* no *Mélanges d'histoire social*, depois *Annales*, e encontrou Freyre durante sua vinda ao Brasil na ocasião da “missão francesa” dos anos 1940. Alguns anos depois, Febvre elaborou um prefácio para a tradução francesa de *Casa-grande & senzala* (Burke, 1997, p.6). Curiosamente, foi nessa mesma década que Febvre convidaria Fernand Braudel para participar de uma coletânea sobre a *História do Ocidente*, composta de vários vo-

lumes, e, dentre estes, um dedicado à vida material. O projeto não vingou, mas, a partir da leitura das fontes e reflexões, Braudel escreveu o primeiro volume de *Civilização material, economia e capitalismo*. Conhecida posteriormente na formulação de Braudel, a civilização material que corria “sob o signo da rotina” (Braudel, 2005, p.16), foi também um elemento central na compreensão da relação entre cultura e economia no interior do complexo patriarcal brasileiro. Por trás das maneiras de viver, descobriam-se instituições, estruturas de poder, os aspectos culturais que se materializavam em objetos.

Casa-grande & Senzala, escrito durante o exílio em Portugal nos anos 1930, assentou-se sobre ampla pesquisa histórica, feita junto aos arquivos de Lisboa e de Coimbra, mas também coletando fontes dos arquivos de Pernambuco e arquivos familiares, nos quais consultou os diários de família, relatos dos viajantes, inventários, cartas de sesmarias, testamentos, correspondências da Corte e ordens reais; os *Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo*, atas e o registro-geral da Câmara de São Paulo, crônicas, livros de receita, a literatura do século XIX, a documentação inquisitorial, livros de assentos de batismo, óbitos e casamentos de livres e escravos e os de rol de famílias e autos de processos matrimoniais que se conservavam em arquivos eclesiásticos, estudos de genealogia, relatórios de juntas de higiene, repartições oficiais, estudos e teses médicas e cartas escritas pelos jesuítas. Para o autor, a documentação diversa permitiu olhar a família patriarcal a partir da imbricação entre a economia e a vida material.

Para Freyre, as formas materiais exprimiam tipos sociais antagônicos, em concordância com os papéis exercidos no interior da família patriarcal. A habitação, por exemplo, exteriorizava, através de sua materialidade, as tensões entre os extremos sociais: “Primeiro, a casa-grande, rural ou semi rural, completada pela senzala. Depois, o sobrado urbano e semiurbano, completado – ou contrastado – pelo mucambo, pela palhoça, pelo rancho ou pela cabana” (Freyre, 1996b, p.21). Na medida em que acontecia o processo de urbanização e, com este, a modernização, o patriarcado, antes uma instituição quase absorvedora de todas as demais, ia-se desintegrando. O processo de sua ascensão e derrocada corresponde ao cerne da interpretação econômica da história freyriana.

Os trajes também consistiram em outra das formas materiais amplamente mobilizadas por Gilberto Freyre para desvelar antagonismos sociais. O tempo encarnado nos trajes era a representação do tempo tríplice, o tempo das sensações, o tempo da memória, o tempo proustiano, mas também, era a configuração material do tempo da vida cotidiana da família patriarcal. No interior dessa, as relações entre o homem e a mulher, branca, negra ou indígena, eram sobejamente evidenciadas pelos trajes. Se, na sociedade colonial, os corpos gordos eram a regra, na sociedade patriarcal em processo de desagregação frente à modernização, os corpos mirrados, ao expressarem o devido distanciamento em relação ao trabalho manual, apertados em seus trajes europeizados, eram o mais comum entre as famílias de prestígio. O tema das vestimentas e dos padrões de

consumo como elementos diferenciadores entre os sexos foi aprimorado em obra posterior, publicada em 1987, *Modos de homem e modas de mulher*. Em capítulo introdutório, “Que são modos de homem, em confronto com modas de mulher?”, Gilberto Freyre definia a moda como: “fenômeno social ou cultural, mais ou menos coercitivo, que consiste na mudança periódica de estilo, e cuja vitalidade provém da necessidade de conquistar ou manter, por algum tempo, determinada posição social” e o modo como “maneira, feição ou forma partícula” (Freyre, 2009, p.28).

Pensando nos termos propostos pela sociologia funcionalista, para Freyre, tanto a moda quanto o modo tinham um caráter coercitivo e infligiam suas regras sobre a sociedade como um todo. Do ponto de vista econômico, funções distintas eram esculpidas nos corpos, nas modas, ou trajos, e nos modos, maneiras de agir e de se comportar. Modas e modos também veiculavam múltiplos padrões de moralidade, entre senhores e escravos, entre grandes proprietários e pequenos, entre homens e mulheres. O duplo padrão de moralidade – “idolatrava-se a mulher pura – a mulher lírio – enquanto os desregramentos sensuais do homem só de leve eram reparados” (Freyre, 2001, p.117) – exibia-se nas vestimentas e conferia legitimidade à violência perpetrada pelo homem sobre a mulher, “dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filho, criar menino” (Freyre, 1996b, p.93).

Além dos temas da habitação e das vestimentas, outros temas contemplados pela nova maneira de se narrar a História foram os temas da alimentação e da técnica. Para Freyre, os costumes alimentares denotavam as relações entre os homens e o meio, entre cultura e natureza, e exprimiam padrões de sociabilidade. As cozinhas das casas-grandes eram uma confluência de culinárias, portuguesa, africana, ameríndia e todas mais que ali pudessem ser acomodadas (Araújo, 1994, p.54). Eram espaços de vivência exclusivamente femininos, dentro dos quais costumes e técnicas alimentares eram transmitidos de uma geração a outra. No caso dos sobrados, a cozinha era resguardada dos olhares dos estrangeiros, uma vez que a mulher era permanentemente ameaçada pela rua e pelas instituições que se desprenderam da casa-grande rural quando essa se transferiu para o meio urbano, como a Igreja, a escola e os hospitais. Costumes alimentares e hábitos à mesa também refletiam a dinâmica entre opostos complementares e antagônicos (Freyre, 1997, p.53). A uma cozinha popular, correspondia uma cozinha da casa-grande, na qual, além dos alimentos da “terra” também era possível encontrar os alimentos importados, como carnes. No entanto, se as diferenças dos grupos sociais em termos de hábitos alimentares podiam ser acomodadas e sincretizadas, o mesmo não acontecia com o problema da fome, gerador permanente de tensão e a causa, para Gilberto Freyre, de tipos sociais “frágeis e feios” (Freyre, 1997, p.33).

Tomada de empréstimo à antropologia de Franz Boas, a inversão da relação entre natureza e cultura, particularmente no que dizia respeito à relação entre raça e civilização, foi de fundamental importância para a interpretação econômica da História de Gilberto Freyre. Ao separar as influências de raça das influências de cultura, Freyre subverteu não somente os pilares sobre os quais se havia erigido o pensamento brasileiro de então, à maneira de Raimundo Nina Rodrigues, como também a historiografia do século XIX (Freyre, 1997, p.LI). De acordo com o médico e antropólogo criminalista, a mestiçagem era, no Brasil, a causa da degenerescência social e as raças entendidas por ele como “menos civilizadas” tinham demonstrações evidentes de atraso econômico (Rodrigues, 1957, p.114). A mestiçagem era vista como a causa da degradação moral, psicológica e social (Corrêa, 2001). Também para Freyre, a escravidão era uma instituição degradante e culturalmente embrutecedora, mas a mestiçagem, ao ser olhada do ponto de vista de uma síntese cultural, foi profundamente positiva. Do ponto de vista da cultura, as contribuições africana, ameríndia e portuguesa encontravam-se em pé de igualdade e, muitas vezes, invertiam o sentido da civilização pensado pelos racialistas do século XIX (Freyre, 1997, p.309).

A interpretação econômica que Gilberto Freyre conferia à História subvertia a maneira como, até então, as raças e sua relação com a técnica e com o desenvolvimento econômico eram interpretadas dentro do darwinismo social, principalmente na elaboração de Spencer, que foi a que serviu de base para o racismo científico no interior do pensamento social brasileiro. Todavia, a desvinculação entre a formação da sociedade e o determinismo racial, bem como a visão positiva sobre a mestiçagem elaborada por Freyre, não apareceu senão em *Casa-grande & Senzala*. Em seu primeiro trabalho acadêmico, orientado por Franz Boas, *Social life in the middle of the 19th century*, ainda prevaleciam as interpretações sobre raça prevalentes em finais do século XIX: “O mestiço que se eleva ostenta uma ‘hyperesthesia de arrivismo’ às vezes repugnante. É por isto uma criatura cujo contato dificilmente dá prazer” (Motta, 1979, p.90; Bastos, 2012, p.142). Tampouco se encontrava presente nesse trabalho a categoria patriarcal como uma categoria de compreensão e de periodização da formação social e econômica brasileira.

Em *Casa-grande & Senzala*, ao contrário, a formação econômica do Brasil se deu justamente pela existência da família patriarcal como complexo econômico, entendida por Gilberto Freyre como o elemento que permitiu a adaptação do português aos trópicos (Freyre, 1997). Ao mesmo tempo em que sustentava a organização social conformando laços primários de sociabilidade, a família patriarcal foi um complexo produtivo, representado pelo engenho e pela agricultura em grande escala; um sistema mercantil e financeiro, que permitia a acumulação de capital, mas também o fortalecimento de laços, inclusive familiares, entre os senhores de engenho e os comissários; foi um sistema de técnica produtiva e de exploração do trabalho, assentado na mão-de-obra escrava; expressou



O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987).

uma complexa vida material, ligada ao consumo de bens de subsistência, mas também de luxo, marcadores de hierarquias sociais.

No interior do complexo econômico patriarcal, cada raça, mais propriamente cultura, teve sua contribuição. Os portugueses trouxeram as casas patriarcais avarandadas, com azulejos pintados a mão, o sistema de latifúndio e a colonização de plantação. As contribuições mouriscas sobre a vida material portuguesa e colonial foram incomensuráveis: os móveis de madeira com desenhos em arabescos, a arquitetura, a indústria do açúcar, o moinho de água ou a azenha, “a arte do azulejo que tanto relevo tomou em nossas igrejas, conventos, residências, banheiros, bicas e chafarizes; a telha mourisca; a janela quadriculada ou em xadrez; a gelosia; o abalcoado; as paredes grossas” (Freyre, 1997, p.211) A cultura indígena forneceu os hábitos de higiene, o costume de dormir em rede e ingredientes, alimentos, mezinhas: “carimã desfeita na água para meninos que têm lombriga ou para indivíduo tocado de peçonha [...]; milho cozido para doentes de boubas; sumo de caju pela manhã, em jejum, para ‘conservação do estômago’” (ibidem, p.126-7). A contribuição africana, do ponto de vista do “puro progresso econômico, foi imensa: “a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora”, mineração de ferro e a culinária (ibidem, p.307). Em referência ao estudo de Melville Herskovits, a África estava dividida

em “áreas de cultura”, que se transplantaram para o Brasil. Da cultura hotentote foi aprendida a criação de gado, o uso dos bois no transporte e de suas peles no vestuário. Muitas das expressões artísticas foram tomadas da cultura boxímane. Técnicas de cultivo foram trazidas pelos bantos, da África Oriental. Da região do Congo, da qual algumas contribuições já citamos acima, herdou-se a domesticação de animais. Do Sudão Ocidental, “sociedades secretas de largo e eficiente domínio político”, “comércio, notáveis trabalhos artísticos de pedra, ferro, terracota e tecelagem” (ibidem, p.309-10). Todas essas influências acomodaram-se no interior do patriarcado, categoria síntese da interpretação da formação social brasileira e critério de periodização da História em Gilberto Freyre.

Nesse processo de acomodação, um tema de fundamental importância, que também se referia à forma pela qual Gilberto Freyre construía sua interpretação econômica da história, foi o tema da ecologia, de mesmo radical da palavra economia, *oikos*. A unidade produtiva, a casa, não se reportava, dessa maneira, somente à unidade doméstica, mas ao próprio ambiente em que aquela se inseria, sendo moldada por este. Aos poucos, o povo colonizador, de perfil mercantil, foi se tornando “o mais rural de todos” (Freyre, 1996b, p.24) Em diálogo com a literatura naturalista do século XIX, “terra e homem estavam em estado bruto” (Freyre, 1997, p.24).

Embora em *Casa-grande & Senzala* possamos já ver muitos apontamentos sobre o meio-ambiente, foi no livro *Nordeste*, publicado em 1937, que isso apareceu com maior clareza. Ao contrário de seus rios caudalosos e impetuosos, os ventos do Nordeste, pouco violentos ou “zangados”, permitiram a dispersão do homem pelo meio (Freyre, 2013a, p.104). À medida que aconteceu, no entanto, o processo de urbanização, a casa esparramada foi sendo achatada em sobrado, não somente em razão da nova paisagem, mas também em razão dos imperativos do poder público, externado pela rua. A análise ecológica “em termos de relação dos subgrupos com o grupo e deste com o meio ou com o espaço” (Freyre, 1997, p.55) foi um elemento típico de nosso autor. A mudança da paisagem social, do campo para a cidade, atuou no sentido de quebrar a autossuficiência do *oikos*. Atividades outrora realizadas pela casa-grande, como a culinária, os cuidados médicos, os rituais religiosos, foram sendo esfaceladas e apropriadas por outros agentes, como as pretas doceiras, o médico, o padre, figuras profundamente ameaçadoras do privatismo patriarcalista (Freyre, 1996b, p.122).

Em um primeiro momento, as atividades conviviam intramuros: o sobrado e a senzala; o chiqueiro, a cocheira, o galinheiro, o estábulo, o pasto, o viveiro de peixe reforçavam a autossuficiência econômica do sobrado patriarcal. Os muros encontravam-se do lado de fora, demonstrando que o liberto não estava sob o domínio do pater famílias: era um subversivo. Em um segundo momento, a divisão das atividades culminou em instituições distintas. Algumas ruas, como a do Ouvidor, especializaram-se no comércio; a produção artesanal passou a ser realizadas por ofícios especializados, como sapateiros e alfaiates, também em

ruas a ela destinadas; pequenos produtores de animais, sempre enxotados pelo poder público para os arredores da cidade, e abatedouros passaram a ocupar a função de chiqueiros, galinheiros e pastos no interior dos muros do sobrado; pretas doceiras quebraram o monopólio da cozinha da casa-grande, que seria, posteriormente, ainda mais ameaçado pelas confeitarias *chics*.

Para Gilberto Freyre, os valores europeus contribuía para a desvirtuação das formas de sociabilidade tradicionais, porque chegavam refratados, incoerentes com a sociedade escravista na qual se inseriam, por meio de padrões de consumo ou da técnica. No processo de modernização e urbanização, esses padrões deslocavam as expressões materiais e sociais tipicamente brasileiras, sem construir, efetivamente, nada de novo. A Revolução Industrial, chegada abruptamente a um país quase exclusivamente agrícola no século XIX, criou ou acentuou conflitos anteriormente existentes na sociedade brasileira. Uma das consequências da quebra da acomodação foi o aumento das distâncias sociais entre o “rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor” (Freyre, 1996b), o que modificou a relação entre as raças e as classes existentes no interior das “famílias agrupadas em torno de pais naturais e sociais – ou simplesmente sociais”, “produtos dos cruzamentos que desde os primeiros dias se foram verificando entre dominadores e dominados” (Freyre, 1996b, p.353-4). Até o século XIX, o prestígio variava menos com a origem social ou étnica do que com o poder econômico e as condições regionais de espaço físico (ibidem, p.353-4). No entanto, a partir desse momento, assistiu-se ao “desenvolvimento de formas por algumas chamadas particularistas, ou individualistas, de organização de família, de economia, de cultura” (ibidem, p.355). Isso se observou, por exemplo, nos códigos de posturas das câmaras municipais brasileiras, que se referiam a “situações de raça, de classe e de região [...] através de suas definições de *status* e de suas restrições à liberdade individual, a ostentação de poder dos brancos sobre os pretos, dos senhores sobre os escravos” (ibidem, p.386)

Diferentemente da relação firmada entre a casa-grande e a senzala no período colonial, que caracterizavam o equilíbrio de opostos, a relação entre o sobrado e o mucambo foi evidenciada em “dualidades e tríades singularmente culturais, irreduzíveis ao plano biológico ou geográfico”, como o “o engenho e a praça, a casa e a rua”; “o pai e o filho”; “o homem e a mulher”; “o sobrado e o mucambo”, “raça, classe e região”, “o oriente e o ocidente”, “animal, escravo e máquina” (Damatta, 2013; Araújo, 1994). As dualidades e tríades não eram mais redutíveis a uma síntese, mas a uma combinação que deixava a tensão entre os opostos latentes. Embora a redação de *Sobrados e Mucambo* tivesse começado em 1936, às vésperas do decreto do Estado Novo, o projeto somente se concluiu em 1951, quando um conjunto novo de capítulos foi publicado. Enquanto os sete primeiros capítulos, escritos em 1936, traziam elementos já colocados em *Casa-grande & Senzala* à luz da modernidade e da mudança social perpetradas no século XIX, os cinco últimos capítulos, escritos durante a vigência do Estado Novo e nos cinco anos após o fim deste, refletiam sobre elementos novos vindos

à tona com o processo de modernização (Mesquita, 2018). O autor chamava a atenção, em particular, para o processo de subordinação e de coerção, que ocorria em paralelo ao processo de acomodação (Araújo, 1994, p.54).

Considerações finais

Ao longo das três obras de Gilberto Freyre, a vida material, expressa nas técnicas, organização da produção, bens de consumo, formas arquitetônicas, pode contemplar tanto o tempo da memória, à maneira de Proust, como também permitiu a análise da ascensão e derrocada do patriarcado brasileiro pensado como um complexo econômico. O entrelaçamento de ambas as formas de narrar a história constituiu em uma interpretação econômica da história que, embora deitando raízes em Edwin Seligman, fez-se muito original em Gilberto Freyre.

Sendo formado em Columbia nos anos 1920, onde se encetava uma nova maneira de conceber as sociedades e a narrativa destas ao longo do tempo, Gilberto Freyre, à maneira dos *Annales*, pôde conceber o patriarcado brasileiro em termos de cultura material. Em sua dissertação de mestrado orientada por Franz Boas, *Social life in 19th century in Brazil*, Gilberto Freyre utilizou-se do tempo lento, no qual o tempo histórico confunde-se com o tempo da memória. Em *Casa-grande & Senzala*, a categoria do patriarcado, ausente em *Social Life*, sintetizou formas de sociabilidade, as dinâmicas entre os indivíduos e os grupos sociais, a definição de seus papéis e as relações de poder. Todas essas formas sociais, seguindo os pressupostos da *New History* de Columbia, eram exteriorizadas em termos de cultura material, dentro da qual, Gilberto Freyre vislumbrou os mecanismos de coerção e acomodação nas três fases de existência do patriarcado: o patriarcado rural durante a fase colonial; o patriarcado urbano em sua primeira fase, durante o período imperial; e a derrocada do patriarcado e do semipatriarcado durante o processo de modernização econômica da Primeira República, caracterizada fundamentalmente pela transição do trabalho escravo ao livre.

Referências

- AGUIAR, N. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade Estado*, Brasília, v.15, n.2, jun./dez. 2000.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4.ed. Recife; São Paulo: Ed. Massangana; Cortez, 2009.
- AMARAL, A. O modernismo brasileiro e o contexto cultural dos anos 20. *Revista USP*, São Paulo, n.94, p.9-18, jun./ago. 2012.
- ARAÚJO, R. B. de. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- ARRUDA, M. A. N. Modernismo e regionalismo no Brasil entre inovação e tradição. *Tempo Social*, São Paulo, v.23, n.2, p.191-212, 2011.
- BARNES, H. E. *The new history and the social studies*. New York: The Century Co., 1925.

- BASTOS, E. R. Gilberto Freyre: a cidade como personagem. *Sociologia e Antropologia*, São Paulo, v.203, p.135-59, 2012.
- BRAUDEL, F. À travers un continent d'histoire. Le Brésil et l'œuvre de Gilberto Freyre. *Annales*, Paris, v.4, p.3-20, 1943.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. v.1 As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível.
- BRESCIANI, M. S. Projetos Políticos nas interpretações do Brasil da Primeira metade do século XX. *Revista de História*, edição especial, p.187-215, 2010.
- BURKE, P. Gilberto Freyre e a Nova História. *Tempo Social*, São Paulo, v.9, n.2, p.1-12, out. 1997.
- CANDIDO, A. A revolução de 1930 e a cultura. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2000.
- CAPELATO, M. H. R. Modernismo latino-americano e construção de identidades através da pintura. *Revista de História*, São Paulo, v.153, n.2, p.251-82, 2005.
- CHAGURI, M. M. *Do Recife nos anos 20 ao Rio de Janeiro nos anos 30*: José Lins do Rego, regionalismo e tradicionalismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- CORRÊA, M. *As Ilusões da Liberdade*: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- DAMATTA, R. O Brasil como morada. Apresentação. In: FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2013.
- DANTAS, C. Depoimento sobre Gilberto Freyre. *Convivência*, Rio de Janeiro, n.2, 1976-1977.
- DIMAS, A. Um manifesto guloso. In: KOSMINSKI, E.; LÉPINE, C.; AREAS, F. (Ed.) *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru; São Paulo: Edusc; Editora Unesp, 2003.
- FERNANDES, F. A família patriarcal e suas funções econômicas. *Revista USP*, São Paulo, v.29, p.74-81, mar./maio 1996.
- FREYRE, G. *Região e tradição*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1941.
- _____. *Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961 (1934).
- _____. *Como e porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: EdUnB, 1968.
- _____. *Além do apenas moderno*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
- _____. *Manifesto Regionalista*. 7.ed. Recife: Editora Massangana, 1996a. (1926).
- _____. *Sobrados e Mucambos*: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil – Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Record, 1996b. (1936-1951)
- _____. *Casa-grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro, Record, 1997 (1933).
- _____. *Interpretação do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. (1947)
- _____. *Tempo morto e outros tempos*. São Paulo: Global, 2006. (1975)
- _____. *Modos de homem & modas de mulher*. São Paulo: Global editora, 2009. (1987)

- FREYRE, G. *Tempo morto e outros tempos*. 1a edição digital. São Paulo: Global, 2012. (1975)
- _____. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Global, 2013a (1937).
- _____. *Vida Social no Brasil no meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2013b. (1964)
- HAYES, E. C. (Org.) *Recent developments in social sciences*. Philadelphia; London: J. B. Lippincott, 1927.
- MESQUITA, G. *Gilberto Freyre e o Estado Novo*. São Paulo: Global, 2018.
- MOTTA, M. (Org.) *Livro do Nordeste*. 2.ed. fac-similar. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1979. (1925)
- OLIVEIRA, L. L. Gilberto Freyre e a Valorização da Província. *Revista Sociedade e Estado*. São Paulo, v.26, n.1, p.117-49, jan./abr. 2011.
- PALLARES-BURKE, M. L. *Gilberto Freyre, um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- _____. *Um 'Livro Marcante', ou uma Autobiografia a Prestação*. Introdução a Tempo morto e outros tempos. Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade 1915-1930. São Paulo: Global, 2012.
- RODRIGUES, R. N. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957.
- ROMERO, S. *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.
- SOUSA, F. M. Prefácio a *O Brasil social e outros estudos sociológicos*. Brasília: Senado Federal, 2001. Coleção Biblioteca Básica Brasileira.
- SELIGMAN, E. R. A. *The economic interpretation of history*. 2.ed. New York: Columbia University Press, 1924.
- VELOSO, M. Gilberto Freyre e o horizonte do modernismo. *Sociedade Estado*, Brasília, v.15, n.2, p.361-86, dez. 2000.
- VIANNA, O. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.
- WEBER, M. *Economia e sociedade - Fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. v.2.

RESUMO – O presente artigo propõe-se a analisar a maneira pela qual se apresentou a relação entre economia e história na obra de Gilberto Freyre, particularmente em *Casa-grande & Senzala e Sobrados e Mucambos*. Durante sua formação em Columbia nos anos 1920, o autor entrou em contato com o movimento da *New History* americana que, de maneira similar ao movimento dos *Annales* na França, propunha uma nova forma de pensar a História. As “novas histórias” forjadas no bojo dos anos 1920 e 1930

buscavam desconstruir alguns pressupostos da Historiografia do século XIX, particularmente a pretensão desta em se equiparar às demais ciências, buscando, a partir dos documentos, reconstituir os fatos tal como “teriam acontecido”. Influenciado por Barnes e Seligman, professores, respectivamente, de História Social e de Economia Política em Columbia, Gilberto Freyre repensou a formação social brasileira a partir da categoria patriarcado, utilizada, pelo autor, não somente como expressão síntese da organização social brasileira, mas também como critério de periodização. A formação do patriarcado rural, durante o período colonial, e sua decadência a partir da chegada da corte em 1808, foram analisadas por Freyre a partir de sua materialidade, reveladas nas formas arquitetônicas, dietas alimentares, vestuário, mobiliário, ecologia. O patriarcado como categoria de periodização e sua dimensão material compuseram, dessa maneira, uma interpretação econômica da história muito singular, que é objeto deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Gilberto Freyre, Interpretação econômica da história, Economia, Cultura.

ABSTRACT – This article aims to analyze the relationship between economics and history in the work of Gilberto Freyre, particularly in *The Masters and the Slaves* and *The Mansions and the Shanties*. During his studies at Columbia University in the 1920s, the author came into contact with the American *New History*. Similar to the *Annales* movement in France, it proposed a new way of thinking History, different from 19th century historiography, which claimed to be scientific in the same sense of any other science. Influenced by Barnes and Seligman, both his professors at Columbia, Gilberto Freyre conceived Brazilian social formation as based on the patriarchy, a category he used as a criterion of periodization. The development and decay of rural patriarchy were analyzed from the viewpoint of its materiality – architectural forms, food diets, clothing, furniture, ecology – making for a very unique vision of Brazilian history, understood by Freyre as an economic interpretation of history.

KEYWORDS: Gilberto Freyre, Economic interpretation of history, Economics, Culture.

Milena Fernandes de Oliveira é professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. @ – milenao@unicamp.br / <https://orcid.org/0000-0001-8266-3884>.

Recebido em 12.10.2021 e aceito em 21.3.2022.

¹ Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, São Paulo, Brasil.